



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

ATA DA REUNIÃO PRESENCIAL/POR VIDEOCONFERÊNCIA NO PRÉDIO DA CÂMARA DE MARIANA ATENDENDO AO OFÍCIO PROTOCOLADO SOB N.º 92/2023 DE AUTORIA DOS REPRESENTANTES DO BAIRRO NOVO HORIZONTE, NO DIA VINTE E NOVE DE MARÇO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS (29-03-2023).

Ao vigésimo nono dia do mês de março de dois mil e vinte e três, quarta-feira, às nove horas e dezoito minutos, foi realizada a Reunião presencial/por videoconferência no prédio da Câmara de Mariana atendendo ao ofício protocolado sob N.º 92/2023 de autoria dos representantes do Bairro Novo Horizonte, para tratarem sobre temas de relevância para o mesmo, tais como: andamento e conclusão do processo de Regularização Fundiária Rural e Urbana (REUB), cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sem os requisitos mínimos de saneamento ofertado no bairro necessidade da oferta de infraestrutura e saneamento básico (água, esgoto, luz, coleta de lixo, asfalto). **Participaram da Reunião:** os Vereadores Adimar Cota, Manoel Douglas, Marcelo Macedo, Gilberto Matheus e Pedro Ulisses Coimbra. **Registraram Presença:** Amarildo Jr., Prefeitura/Telsan; Joseval Moreira do Egito, Secretaria de Fazenda; Israel Quirino, Secretário Adjunto de Meio Ambiente; Karla Sabino, Secretaria de Obras; Newton Souza Sales, Secretaria de Obras; Pâmella Maria Cunha, representando o SAAE; Sandro B. F. Carneiro, Departamento Elétrico/Prefeitura; e os moradores Elenir Marinho dos Reis, Flávio da Silva Carneiro, Geraldo Padula Jr., Jocival Melo Ferreira, Márcia da Conceição Venâncio, Mariana da Silva, Neide Natividade Gomes, Rita de Cássia dos Santos, Ronaldo Vidigal; Solange Aparecida Braz. **ABERTURA:** “Em nome de Deus e do povo Marianense, havendo número regimental” o Vereador Manoel Douglas iniciou os trabalhos agradecendo a presença de todos, pediu leitura do ofício, que foi realizada e disse querer conhecer melhor os moradores, que se apresentassem, o que fizeram. A Sra. Rita disse estar junto dos demais moradores, cumprimentou os representantes da Prefeitura e desta Casa de Leis, disse querer sair dessa reunião com definições para seu bairro. O Vereador Manoel disse estar atendendo à solicitação protocolada e passou a palavra à moradora Sra. Rita, para que fizesse suas considerações. A Sra. Rita disse morar no bairro há dez anos e agradeceu à Casa por estar recebendo os moradores pela primeira vez, sendo que já tiveram reunião na Prefeitura, mas na Casa era a primeira vez. Disse que a Associação de Moradores se encontra desativada, por isso a necessidade dos moradores buscarem sanar os problemas do bairro, que teve seu início em dois mil e doze e a partir de então só foi crescendo; disse terem ocorrido situações nas quais poderia ter havido desapropriação na época, o que não foi possível, pois o proprietário entrou com um embargo; a população do bairro só vem crescendo desde então, sendo que não há apenas moradores que estão lá por necessidade, mas recebem também os atingidos pela barragem de Furão. Disse sofrer palavras preconceituosas por viver num bairro considerado



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

invasão; disse que no Município não se vê política pública voltada para moradias para pessoas de até cinco salários mínimos e que a maioria dos moradores são trabalhadores de baixa renda, e que se sabe que os valores de terreno no Município não condizem com a necessidade e renda *per capita* dessas pessoas. Disse que se sabe do crescimento desordenado que a Cidade vem sofrendo, com migração constante por conta das mineradoras e que a situação apenas se agravaria com o passar do tempo, pois as pessoas têm necessidade de morar, sendo que os aluguéis são exorbitantes, em torno de oitocentos mil reais. Disse não ser responsabilidade do morador que ocupa o espaço, mas da política pública do Município, que não tem um trabalho voltado para essa população e, se tivesse, não estaria nessa situação constrangedora. Disse estar solicitando o REUB desde dois mil e dezoito, o que não foi para frente; disse que no presente ano foram surpreendidos com cobrança de IPTU e agradeceu ao Sr. Joseval pela atenção quando foi atendida por ele, ao ter buscado as regras sobre o imposto. Disse que os moradores não se negam a pagar os impostos, mas sabe-se que o Código Tributário Nacional exige algumas regras: saneamento básico, calçamento, meio fio, coleta de lixo, o que não têm no bairro, apesar de no extrato de Boletim de cadastro do Imóvel (BCI) essas regras estabelecem que o Código Tributário de Mariana não acompanha literalmente a regra do Código Nacional, precisando tão somente da pessoa ser moradora do Município, seja de área legalizada ou de ocupação, é o suficiente para o papel gerador. Disse estarem sofrendo com falta d'água e saneamento, havendo esgoto a céu aberto no bairro, falta de calçamento das ruas, visto haver um cimento nas mesmas, para agilizar e facilitar a vida das pessoas, pois em tempo de chuva não tem condição delas passarem por ali, tendo havido acidentes. Disse ser uma situação precária, e que os moradores viabilizaram coleta de esgoto com tubo de cem milímetros, para evitar doença e lotação maior no posto de saúde, pois a falta de água e esgoto acarreta sobre a saúde da população, e o Município terá problemas futuros. Disse que tem feito solicitação ao SAAE para que seja realizada entrega de água por caminhão pipa e que, mesmo as ruas não sendo nomes-fantasia, tendo sido nomeadas formalmente, tendo CEP, já de conhecimento dos Correios, o bairro ainda não recebe os serviços e nem o aporte do SAAE, que sempre responde que a área não é regularizada, ou que as ruas não são viáveis. Questionou o motivo dos caminhões subirem a todo momento em época de eleição. Disse saber que Mariana e Ouro Preto cresceram em ocupações, em pontos estratégicos, legalizados no início de suas respectivas estruturas municipais. Disse haver ocupações perto de nascentes d'água, por essas pessoas não terem para onde ir. Pediu que se tenha um olhar mais crítico à sua demanda, e que observem as políticas públicas habitacionais, para que possam "frear" esse tipo de problema no Município, que vão crescendo e se perpetuando; questionou qual seria a renda do Município quando o minério acabar. Reiterou a necessidade do REUB, que vem buscando há doze anos, disse ser o primeiro passo a ser tomado pelo trabalho público. O Vereador Manoel parabenizou a Sra. Rita



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

pelas palavras, dizendo que tudo que ela disse é a realidade não só do bairro, mas de toda a Cidade; disse que em seu bairro, Santa Rita, também há ocupações. Disse possuir olhar crítico, que tem ciência do problema, precisando de ações concretas. Disse que não se consegue pagar aluguel e que o poder público impulsiona as pessoas para as ocupações, por não haver nenhum plano habitacional que atenda às famílias de baixa renda; desde quando chegou à Cidade, vinte anos atrás, não houve um plano para atender essas pessoas, e disse que muitas vezes também são limitados como representantes e, o que se pode fazer é abrir as portas da Casa. Disse saber que quando há mudança no governo precisa-se inteirar os novos funcionários e que a Sra. Karla já encaminhou os profissionais necessários para essa Comissão, havendo o pedido de reativar o REUB, pela demanda ser da Cidade toda e quis aproveitar a oportunidade para cobrar sobre os alojamentos irregulares dos trabalhadores que são trazidos a Mariana, inflacionando o mercado imobiliário; reiterou a falta de aluguéis acessíveis e concorda que as pessoas têm sido impelidas para as ocupações. Disse ser um problema social gerado pelas mineradoras, que está para aumentar, já que a Samarco está, por exemplo, com vinte e sete por cento de funcionamento, querendo chegar a cem por cento, o que deve ser discutido e cobrado. Disse que o Sr. Israel pode ser um grande colaborador para a Casa e dar os encaminhamentos e solicitou ao mesmo que acelere o processo de REUB no bairro. Com a palavra, o Sr. Israel cumprimentou a todos e disse que conhece o local do Novo Horizonte como "Morada do Sol" cuja área é de, aproximadamente, quarenta e dois hectares, pegando da Rua Ricardino até a escola do Rosário por um lado e o Fonte da Saudade do outro, que estão acompanhando há mais tempo. Disse terem dado início à implementação do REUB experimental em dois mil e dezoito, na Cartuxa e no Dandara, cuja equipe foi montada em dois mil e dezenove. Disse terem iniciado o trabalho no Morada do Sol pelo decreto do REUB implantado em junho de dois mil e vinte e um, decreto N.º 10530/21, pelo Vereador Juliano Vasconcelos, então Prefeito Interino, tendo havido mudança no mês seguinte, com o Vereador Ronaldo Bento como Prefeito e em janeiro, o Vereador Edson Agostinho, mudanças essas que causam transtorno na equipe administrativa. Disse que a equipe básica do REUB inclui arquiteto urbanista, assistente social e geólogo, equipe que perderam. Disse que, na encosta do Morada do Sol, a situação ambiental é complexa, havendo riacho na parte inferior, risco de deslizamentos e área de rastejo, por exemplo, tendo o Município dois decretos de desapropriação, já que quarenta por cento da área total é de sua posse, a partir de onde pode-se dar início ao REUB. Disse terem iniciado em dois mil e dezenove o mapeamento da situação e o cadastro técnico dos moradores; tiveram uma parceria com a UFMG na época, e alguns técnicos, topógrafos e assistentes sociais que iniciaram o cadastro, com pesquisa socioeconômica e medição do terreno, para fazerem o mapeamento urbano da ocupação e, sem o mesmo, não se consegue eletrificação: a Cemig só implanta energia se a Cidade apresentar o traçado das ruas dos respectivos bairros e, como lá há



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

esse problema, precisam fazer primeiro o mapeamento em planta, medindo lote por lote, precisando colocar-se a equipe trabalhando nas ruas, não sendo possível realizar o loteamento por georreferenciamento, como no Plano Diretor, sendo necessário um mapeamento detalhado, num só projeto e então fazer o projeto de implantação de água e esgoto, calçamento, meio fio e a partir de então solicitar à Cemig a implantação do posteamento e a ligação de energia elétrica, além de ligação individual em cada moradia, projeto complexo. Disse ser advogado e gestor social e por isso conhece a formação sociológica de aglomerados; disse que uma situação muito menos complexa foi a da Chácara dos Inocentes, onde o arruamento já existia e os documentos todos estavam registrados em cartório, tendo sido sucesso absoluto; a equipe se dissolveu em dois mil e vinte, final do governo do Sr. Duarte, por já estar fragmentada. Disse contarem atualmente com o Sr. Claudiano, geólogo, que inspecionou os dois projetos já mencionados, com a Sra. Rita e o Sr. Joseval, além de si próprio e disse terem memória do que foi o REUB naqueles locais. O Sr. Israel disse que a partir do decreto de dois mil e vinte e um, foi feito o levantamento jurídico da situação, com os dois decretos de desapropriação. O antigo Morada do Sol, atual Novo Horizonte, foi doado para o Município em meados de dois mil e dezesseis e dezessete, que o mesmo não urbanizou como deveria. Disse que a realidade do bairro hoje é uma área que pertence ao Município, a partir de onde podem lotear e iniciar o processo por essa área, precisando de uma equipe de campo, que pode ser contratada pelo Município ou terceirizada. Disse terem iniciado, no final do ano passado, de setembro a outubro, um processo com o Dr. Guilherme, do Ministério Público, para discutir com a Fundação Renova (FR) um aporte de recursos para o Projeto de Habitação Popular, precisando fazer o Plano Atual de Interesse Social (PAIS), pois sem esse plano não se consegue financiamento no Ministério da Integração, não se consegue buscar fundos externos; o Plano dará a necessidade operacional do Município e, com base nesse trabalho, faz-se a REUB nos locais onde o processo é mais emergente, sendo a Morada do Sol um deles, além dos bairros Santa Rita, Santo Antônio, Morro Santana e Colina de Baixo, aglomerados urbanos esses, mapeados como necessidades prioritárias. Disse que a si próprio e a Sra. Juliana, da Procuradoria, iniciaram esse diálogo com a FR, procurando aporte de recursos e, tendo havido mudança de governo, disse que isso causa uma angústia muito grande, tentando agendar com a FR a retomada da conversa, pois um diálogo intermediado pelo Ministério Público geralmente termina com um acordo judicial, com o qual pode-se realizar uma série de ações. Disse ter levado o problema à Secretaria de Desenvolvimento Social, Sra. Daniely, a fim de sentar com a FR para fazer aporte de recurso. Disse que o trabalho no bairro se trata de um "trabalho de formiguinha"; a questão de água e esgoto foi conversada com o Sr. Ronaldo Camelo, reunião na qual foi acertado que água e esgoto são direitos fundamentais básicos. Em relação à coleta de lixo, há dificuldades, referente ao tamanho do caminhão, muito largo para acessar às ruas, o que estão tentando regularizar a fim de



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

manter o serviço. Disse que o Morada do Sol tem um problema grande de abastecimento de água, tendo sido iniciado o trabalho e reservação e redistribuição, projeto ainda não concluído, pois se trata de um problema que vem do Morro Santana, Bourganville, Rosário, Morada do Sol, sendo os reservatórios do Rosário interligados ao sistema. Disse ser muito ruim conviver com esse problema, ainda abastecendo as casas com caminhão pipa, sendo Mariana a sexta economia do estado, precisando responder à população em relação a essas demandas, que são reprimidas; disse que a Sra. Rita se equivocou quando disse que o bairro que começou em dois mil e treze, e esclareceu que o Morada de Sol começou em mil novecentos e oitenta e sete, primeiros registros de ocupação regulares e, nesses trinta anos, a Cidade passou por dezesseis Prefeitos, sendo um problema antigo, que disse se tratar de uma "mola cada vez mais comprimida" que "saltará" a qualquer momento; dessa maneira, propôs uma parceria com a Câmara, que hoje dirige o Município, para que se possa ter celeridade na aprovação da Lei de Regulamentação Fundiária e, quanto antes definir isso, deve-se cobrar do Procurador Geral, da Secretaria de Desenvolvimento Social, um entendimento com a FR de aporte de recurso para fazer o Plano de Habitação ou dar continuidade a ele. Se forem atender ao Morada do Sol, considerando haver em torno de mil e quarenta moradias identificadas por *top-vision*, calculou que em torno de seis meses tenham concluído o processo de cadastro, trabalho complexo, para o qual se precisa de vontade política, orientação da Câmara e do Prefeito, além de recurso financeiro, água e esgoto e calçamento, pois é responsabilidade da Cemig, investimento em intervenção urbana que pode ser parcelado em quatro anos. Disse conhecer o problema e saber como resolver, faltando "ligar as pontas": saber técnico, orientação política das autoridades e recurso financeiro. Agradeceu a atenção e disse não negar a ninguém o direito de moradia nem recriminar, por saber os fatores sociais que levaram a isso, devendo-se compreender como se deu a história da Cidade. O Vereador Manoel disse que o Sr. Israel explicou bem o que vem acontecendo no Município com relação às interrupções e mudanças. Disse que a Sra. Karla estava presente com Ronaldo na época, quando decidiram mandar essa discussão para a Comissão de Participação Popular, para que a conversa continuasse, independente de quem participa da mesma. Disse que o Vereador Marcelo é presidente da Comissão de Obras, José Antunes de Saúde e a si mesmo de Finanças, tendo condições de incorporar essa discussão pela Comissão junto ao Executivo. Disse que a cobrança e a representação são da Casa, e disse ter o compromisso de estar com os moradores nessa demanda, que cobraria do Executivo e daria aporte aos profissionais. Com a palavra, o Sr. Geraldo disse que seu terreno responde ao Município, por pagar IPTU, que está devendo desde o ano passado, pagando por medição eletrônica. Lembrou que em dois mil e cinco o Município fez parceria com os estudantes de engenharia a fim de fazer medição no Bairro Vila Aparecida, e os moradores do local na época sabiam a quem procurar. Disse entender de medida, e fez a



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

planta de sua própria casa, mas muitas pessoas não têm esse conhecimento; disse não ter topografia do local, mas a planta aérea e solicitou que os moradores sejam informados sobre a pessoa responsável para que os mesmos saibam a quem procurar. Com a palavra, o Sr. Ronaldo disse que, pela explicação técnica do Sr. Israel, entendeu que o problema já tem um esboço, já sabe como resolver e sua vinda a esta Casa tem exatamente a finalidade de resolver os problemas, mas o que precisam é de ação concreta. Disse acreditar que a partir da Câmara, realiza-se fiscalização, pois a Casa é quem tem capacidade de cobrar o cumprimento dos projetos aprovados, pois sem a cobrança, o Executivo fica inerte. Disse que se tem conhecimento da alta arrecadação de Mariana, e que o que falta de fato é vontade. Disse que a vida é feita de prioridades, e o que não for prioridade, deixa-se para depois, mas o que for prioridade arrumasse um jeito de fazer. Disse que os moradores sentem que, embora o poder público tenha conhecimento do problema, não são prioridade, por continuarem carentes e necessitados. Disse ver muitas obras sendo efetuadas na Cidade e, questionou o motivo de não se ver uma obra concreta nas comunidades; não veem asfalto, caminhão de lixo, ou a regularização necessária; a partir do momento que se está em um lugar regularizado, se é visto como cidadão de fato. Disse ser microempreendedor individual, e não tem como montar um CNPJ no bairro, porque não tem documento do terreno, nem da casa, o que os engessa. Disse saber que o poder público não faz nada que não seja pressionado ou que não tenha ganho político, mas enquanto sociedade e os vereadores também, tudo o que fizerem aqui, além de beneficiarem milhares de pessoas que precisam, certamente também estariam fazendo carreira política. Disse que os moradores são pessoas de bem, trabalham e querem a melhoria da Cidade. Disse querer de fato pedir aos vereadores que olhem para si e os seus com carinho, prioridade e respeito. Disse não adiantar falar disso na Casa e, na prática, nada acontecer. Disse trabalhar na Cidade, prestando serviço para a elite de Mariana, que vê as ocupações como pessoas à margem da lei, por não haver policiamento tendo dentro das mesmas, não adiantando os moradores chamarem a polícia, pois essa não comparece. Disse querer tratar os moradores como prioridade, pois o poder público deve servir ao povo, melhorar a vida de quem precisa de fato; disse que o Centro precisa de intervenção, mas a prioridade deveria ser as pessoas à margem, quem não tem condição financeira de colocar um meio-fio. Disse que os Vereadores podem cobrar isso judicialmente e que os moradores compareceram por acreditarem que a Casa tem boas intenções, mas que precisa de mais que isso, precisa de ação. Demonstrou incredulidade no fato de a região estar com problema desde mil novecentos e oitenta e sete sem solução. Disse querer sair da reunião com ação a ser tomada; disse admirar o corpo técnico da Prefeitura, que sempre o atendeu muito bem, pois sabem do problema, mas que eles não podem resolver sozinhos, dependem do poder público injetar dinheiro e dar condições de trabalhar. Reiterou não querer ser tratado à margem, por ser constrangedor

infans

[Signature]



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

e que, quem ganha menos de cinco salários mínimos em Mariana não tem condições de comprar um lote ou uma casa. O Vereador Manoel Douglas disse que a Casa tem força, mas a participação popular tem mais força que pautas levantadas pelo vereador; uma coisa é essa fazer política, e outra é a cobrança da população. Com a palavra, o Vereador Marcelo cumprimentou a todos e disse que, a cada vez que participou de reuniões, principalmente uma como essa, em que se vê as reivindicações dos munícipes, vai para casa muito triste, pois Mariana, com a maior arrecadação da história, tem condições de atender à população. Disse que o Sr. Ronaldo ficou muito feliz quando disse que falta vontade de tomar ação, pois na Câmara se pede, xinga, faz Projeto de Lei, mas sem a vontade de "quem tem a caneta na mão", nada vai ser resolvido. Disse que a indignação é muito grande, porque as pessoas vêm a essa Casa, são ouvidas, mas se não tiver vontade, nada acontece, por mais pressões que se façam enquanto Legislativo, se depara com situações que deveriam ser prioridade. Disse que deve-se cuidar das pessoas, o povo está cansado; demonstrou indignação sobre a Cidade, de trezentos anos de história, não ter água ou esgoto tratados, e que então se fala da arrecadação de seiscentos milhões de reais, numa Cidade que não dá dignidade às pessoas. Disse que toda vez que os munícipes vem reivindicar, falam o mesmo, e questiona quantos anos ainda vai se levar para mudar a Cidade de Mariana. Disse que se fala em Programa Habitacional, que se precisa urgente, tendo lançado o Programa em dois mil e vinte, em época de eleição, tendo gasto mais fundos com *marketing* que com o Programa em si, que sequer foi visto na Cidade. Disse que o Sr. Israel fala de aporte da FR, e que se deve trazer as mineradoras para as discussões, mas sem projeto ou credibilidade de governo, não se consegue recurso; deve ter credibilidade quem senta na cadeira interina. Disse que para o Programa Habitacional, a FR aportou trinta milhões de reais em recursos, tendo comprado terreno por dezesseis milhões e contando com mais quatorze milhões em caixa. Disse que se abandonaram as pessoas, que estão invadindo; disse ser importante considerar com cuidado em quem se vota, visto o Programa Habitacional, tão falado em momento de eleição para, atualmente, discute-se REUB; questionou quantos bairros precisam ser regularizados, o já era para ter acontecido, por terem os profissionais competentes, já que a Cidade conta com quase cinco mil servidores, e ainda não se tem mão-de-obra. Disse que a situação do Novo Horizonte é prioridade, por se tratar da dignidade das pessoas; quem invade, é por uma questão de oportunidade, pois se o poder público não oferece, a Cidade sofre com o crescimento desordenado, cuja luta existe há anos. Disse ser preciso ter políticas públicas, buscando caminhos por meio de projetos e que não se deve contar com o envio de dinheiro pelas mineradoras sem projeto. Disse que o Secretário de Saúde está fazendo cobranças e que a saúde da Cidade está doente, por não ter água tratada nem esgoto. O Vereador Marcelo, então, solicitou que se encaminhasse ao Executivo um ofício, a fim de que este postule quais são os profissionais necessários para o



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

REUB e que se marque reunião com o Prefeito, a fim de levar a reivindicação dos moradores, juntamente dos mesmos. O Vereador continuou, dizendo querer ação, e que já existe "loteamento do Vaguinho", onde já houve REUB, devendo partir para o trabalho em outros bairros, independente de estar interino ou não, tem de cobrar. Disse haver Prefeito que faz reconhecimento de dívida pretérita em vinte milhões de reais, pago à vista, sendo que poderia ter negociado em várias parcelas. Disse endereçar essa fala aos senhores presentes por entender o que está acontecendo. Disse que a regularização do bairro não chegaria ao valor pago à empresa. Disse estarem disponíveis, todos os vereadores, mas esses não têm o "poder da caneta"; disse que fiscaliza o Executivo, e que o Município tem equipamento para todos os lugares e, mesmo assim, sequer dá conta de sua manutenção; questionou para onde está indo a arrecadação da Cidade. O Vereador Manoel disse que a informação solicitada pelo Vereador já foi encaminhada para a Comissão de Participação popular, ao que o Vereador Marcelo solicitou que se crie uma Comissão a fim de acompanhar o REUB, com concordância do Vereador Manoel, que disse que, pela Comissão de Participação Popular, pode-se verificar com o Presidente da Casa para que nomeie a Comissão, junto das outras comissões, envolvendo os colegas membros e solicitou que se envie ofício pela Comissão de Participação Popular para que o Executivo tome soluções dos profissionais, já encaminhado pela Sra. Karla Sabino, e questionou sobre o cronograma e o planejamento para a montagem da equipe do REUB, além da ação contínua de manutenção. Disse, ainda, que no ano passado o Vereador Ronaldo teve a ideia de passar essa responsabilidade para a Câmara e assim aconteceu, mas paralisou por alguns meses, já tendo passado do prazo de retomar as atividades legislativas e que tratariam a pauta como prioridade por realmente sê-lo, visto abranger todas as esferas sociais, como educação, saúde, saneamento, etc. Com a palavra, a Sra. Rita perguntou quando seria deliberada a Comissão e solicitou que esteja sempre informada de suas reuniões, visto que a equipe estaria presente e os moradores querem estar de olho, por estarem cansados da situação; disse terem estado na Prefeitura no ano passado por três vezes, os moradores estão desacreditados, querendo verificar ponto a ponto, seguindo juntamente da Casa para ficarem todos cientes do que vai ser feito. O Vereador Manoel pediu que os moradores criassem uma comissão entre si, a fim de que a Casa comunique a eles as ações a serem tomadas. Pela ordem, o Vereador Gilberto agradeceu a presença de todos e disse que a luta no bairro é intensa; desde dois mil e vinte, quando se tornou vereador, sempre correu atrás de água para a região, muitas vezes o caminhão pipa não ia; disse perguntar-se se fosse para a casa de um secretário ou funcionário público, o caminhão iria. Disse que o que se fizer pela população é o mínimo; em Mariana não se consegue pagar aluguel, uma pessoa de classe baixa jamais conseguiria comprar um lote; disse ser da mesma classe dos trabalhadores e que ninguém está no bairro "brincando de morar", com esgoto passando na porta de casa, e deixou sua solidariedade para com os moradores, aos quais parabenizou pela



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

iniciativa e pela luta; disse esperar que não fique só na discussão, mas que se tomem ações concretas. Disse esperar para o povo o mínimo de dignidade, obrigação sua como funcionário público e representante do povo; toda a ação do poder público só acontece com a participação intensa do povo. Disse que Mariana deve parar com o "o rico cada vez fica mais rico e o pobre cada vez fica mais pobre", e que está aqui para servir seu compromisso àqueles que precisam. O Vereador Manoel prometeu que a Comissão acompanhará de perto as tratativas e convidou o colega a participar. Com a palavra, o Sr. Joseval agradeceu o convite e, disse que em nome do Secretário, quis esclarecer alguns fatos sobre o IPTU do Novo Horizonte: o modo como foi feito o recadastramento, o conceito de zona urbana entendido pela Secretaria de Fazenda e, por último, o embasamento legal da Secretaria de Fazenda para fazer o recolhimento do IPTU; o recadastro foi feito pela REUB e o cadastro imobiliário foi feito por um banco à parte, pois a REUB exige um nível de detalhamento maior e o cadastro no banco serve a outros fins, além do IPTU, apesar de ambos usarem a mesma imagem aérea, foram cadastros distintos; o cadastro que se utiliza para o IPTU foi feito pela R Engenharia (RE), porque o Plano Diretor teve sua revisão feita pela FR através da RE: em dois mil e dezenove a FR colocou uma equipe em campo, após sobrevoo e limitação de lotes no mapa, mandaram a equipe em campo para tirar fotos e coletar informações; após esse trabalho, entregaram essas informações à Prefeitura, tendo acompanhado o trabalho pelo núcleo gestor, fiscalizando e acompanhando e, quando entregaram o cadastro, ainda havia lacunas, tendo a Secretaria optado por não efetuar cobranças de imediato. Disse terem ficado por dois anos tratando esses dados, gerando cartas-notificação para entregar a cada casa não-cadastrada no IPTU ou que sofreram alterações; enviaram carta para o cidadão comparecer no Departamento de Cadastro Imobiliário para que apontasse os erros, mas tiveram dificuldades em encontrar proprietários de lote, e assim começaram a divulgar no Instagram, Facebook, rádio, portal oficial e carro de som, tentaram o máximo possível trazer o cidadão para próximo do Executivo e, em dois anos optaram por incluir o novo banco de dados na cobrança do IPTU de dois mil e vinte e três, estando o Novo Horizonte incluso e, para cobrar IPTU, o imóvel deve estar dentro da zona urbana do Município; disse que se entende a zona urbana, para fins tributários, a partir dos Códigos Urbanos Municipal e Nacional, que definem a zona urbana pelo Plano Diretor; o Plano Diretor de Mariana teve sua aprovação em dois mil e quatro, que delimitou a macrozona urbana e incluiu o Novo Horizonte, mas aquele espaço geográfico já existia, inclusive no perímetro urbano definido pelo Plano Diretor em questão; agora com o novo Plano, além dele corroborar a macrozona urbana, incluiu anexos: o anexo 2 manteve o Novo Horizonte como bairro na macrozona, o anexo 4.1 incluiu o Novo Horizonte na zona de interesse social e o anexo 11 regulamenta o bairro e seu nome; a partir de então se passou a considerar o Código Tributário Nacional, artigo 32, cuja redação realizou a leitura, ditando esse, cinco itens, dos quais são necessários



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

pelo menos dois para que se cobre IPTU, sendo eles: meio-fio ou calçamento com canalização de águas pluviais, abastecimento de água, sistema de esgoto e sanitários, rede de iluminação pública com ou sem posteamento para distribuição domiciliar, escola primária ou posto de saúde com distância máxima de três quilômetros do imóvel considerado. Disse que em dois mil e dezoito foi determinado pelo Tribunal de Justiça a súmula 626 cuja redação realizou a leitura, que postula que o Município não precisa considerar esses cinco itens para recolher IPTU. Disse que a Secretaria se baseia num valor venal considerado justo, por ser embasado em fatores técnicos, além de conter todos os fatores de redução de IPTU de acordo com cada imóvel, tendo taxas de serviço que não são incididas sobre o imposto. Essas taxas são uma contraprestação que o Município presta; caso não preste, o cidadão tem o direito de comparecer ao Setor de Protocolo, abrir um processo de impugnação do IPTU, que é analisado e, se necessário, a equipe realiza visita pessoalmente, além de novo preenchimento de boletim do imóvel e, a partir da não-prestação dos serviços, se realimenta o sistema, que calcula o IPTU. Com a palavra, o Sr. Amarildo disse querer explicar as informações referentes à região em questão, além de tudo o que foi dito pelo Sr. Israel, que são pré-requisitos, a rede de eletrificação chega como execução apenas no último momento; enquanto estão sendo realizadas outras demandas, como drenagem, esgoto e pavimentação, vai-se tramitando o projeto da Cemig, deixando-o a postos de implantação e, por último, se realiza a eletrificação, sendo a burocracia muito maior que a execução em si. Em caso de iluminação pública e extensão de rede de forma geral, o valor a ser gasto é o retorno da taxa de "contribuição de iluminação pública", que consta na conta de energia; essa taxa é recolhida pela Cemig e repassada ao Município, que só pode usar esse recurso para manter a energia funcionando e realizar a expansão de rede, que é o caso do bairro. Disse que o Município tem o recurso financeiro em caixa, tem orçamento, empresa contratada e toda vez que o contrato chega em torno de trinta a quarenta por cento de saldo, realiza-se novo processo para que não se fique sem empresa para manutenção ou expansão, cuja responsabilidade é do Município. Disse que a Cemig aprova e põe os condicionantes, isto é, a partir do momento em que se finaliza a implantação e a rede está energizada, essa se torna responsabilidade da Cemig; a iluminação pública permanece sob o Município, de forma que para o Novo Horizonte, a estimativa é de seis quilômetros e seiscentos metros de via, duzentos e sessenta postes, quarenta transformadores, trezentas luminárias de iluminação pública em LED (*Light-Emitting Diode/Diodo Emissor de Luz*) e um investimento de dois milhões e duzentos mil reais só para a iluminação pública, mas devem-se cumprir todas as etapas citadas pelo Sr. Israel. Disse que, caso essas etapas estivessem concluídas naquele dia, havia condições de realizar a eletrificação no mesmo dia e, como esse recurso trata-se de um ciclo, opinou ser interessante, pelo motivo de que se realiza a obra no valor de dois milhões e duzentos mil reais, o que seria um valor alto individualmente, mas fazendo a



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

rede para a comunidade e gerando a tarifa de iluminação pública, em cinco anos os próprios moradores pagam a mesma; então opinou ser válido ter o ciclo de imposto e tarifa, e colocou-se à disposição. O Vereador Marcelo disse ao Sr. Amarildo que ele contribuiu muito com informações nessa Casa e questionou quantas famílias os dois milhões de reais conseguem atender. Disse que esse valor é irrisório para a Prefeitura, que arrecada seiscentos milhões; disse que levariam a demanda ao Prefeito, precisando do Sr. Israel acelera o processo. O Vereador Marcelo então perguntou quantas famílias moram em Novo Horizonte, ao que o Sr. Israel disse serem duas mil e sessenta. O Vereador Marcelo disse que se o próprio bairro retornaria o investimento, então para o Município é muito pouco; disse que se fala da entrada e saída de Prefeitos, sendo que muito do que se discute atualmente são problemas de gestões passadas, que estão irrompendo para o Prefeito Interino, que não participou da maioria dessas ações e que, para se elogiar o governo, se elogiar também com ações. Disse que quando começar o REUB ele saberá agradecer, por se tratar de qualidade de vida. O Vereador Manoel disse ser importante trabalhar a ordem cronológica das ações para que se entendam as mesmas, e que trabalharão em conjunto com a equipe da Prefeitura. Pela ordem, o Vereador Gilberto disse que Mariana não cresce, por serem poucos os donos de imóveis, e muitos os trabalhadores que precisam de moradia; Vale, Igreja Católica e Mina de Passagem, questionou se essas três instituições pagam impostos para reivindicar essas terras como suas e opinou que a instituição católica tirou da população; disse ter passado da hora de as paróquias doarem ao Município. Disse que a Vale mineira, todas as riquezas de Mariana, traz trabalhadores de fora, que acabam morando e constituindo família na Cidade. Questionou o motivo da Mina da Passagem precisar de tanta terra e reiterou a necessidade das instituições pagarem impostos sobre suas terras, que são grandes, e pouca gente tem acesso. Com a palavra, a Sra. Karla disse que o Dr. Israel falou bem das questões da REUB, esclareceu a questão da eletrificação, sobre a qual apresentou projeto para a Cemig. Declarou ser preciso fazer os levantamentos dos projetos para propor o arruamento adequado, compondo todos os desenhos das manilhas dos lotes, devendo identificar a população, com todas as obras de infraestrutura inclusas, para, por fim, chegar na eletrificação. Logo, se faz necessário uma equipe multidisciplinar em processo contínuo, não podendo ser interrompido, finalizando então com a titularidade. Citou alguns sucessos deste projeto, como a Chácara dos Inocentes e o Dandara. Informou que já se iniciaram os processos na Morada do Sol, fazendo levantamentos e cadastros. Declarou que o cadastro é somente uma das etapas, que não garante a continuação do processo, dado que esse requer estudos, principalmente se a localidade está em área de risco. Afirmou ser necessário que o REUB seja efetuado em várias áreas de Mariana, com a maioria na sede, e em alguns distritos. O processo não é rápido, já se teve pessoas de outras comunidades e núcleos passando pela mesma situação; desta forma, já se tem o corpo técnico competente para



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

o entendimento dessa necessidade, assim como a vontade política. Ainda com a palavra, a Sra. Karla disse que a mudança de governo no Município prejudica em muito o trabalho, mesmo que não haja a mudança de colaboradores, mas com a mudança da gestão, sempre há uma reestruturação, como mudanças de Secretários, ocasionando na inicialização do processo. Desta forma, a participação da Câmara é muito importante para dar continuidade. Declarou compreender ser uma questão da dignidade, mas que também é preciso ter controle de habitação, conforme já citado e, se esse for efetuado de maneira regular, conseguem-se recurso, pois não se trata apenas de fiscalizar e impedir uma ocupação, mas criar condições num mercado onde a população não tem a possibilidade de pagar aluguel; por fim, se colocou à disposição. O Vereador Manoel agradeceu à Sra. Karla e disse aos moradores que as ações já vinham sendo tomadas, com a participação da comunidade e, como já foi dito, os relatórios já foram encaminhados aos técnicos. Afirmou que já vêm sendo realizados alguns trabalhos e solicitou que se acompanhe de perto o Novo Horizonte. Com a palavra, o Sr. Israel disse que o Município possui um histórico exitoso em regularização fundiária, de forma que não dê a impressão que a Cidade não está somente colecionando derrotas; o processo de arrecadação fundiária iniciou em dois mil e três, sendo um dos municípios pioneiros em Minas Gerais a iniciar este processo em ocupações irregulares. Neste período foram regularizados os bairros São Cristóvão, Estrela do Sul, Cabanas, Santa Rita de Cássia na parte baixa, Vale Verde, São Gonçalo, São Vicente e o Vila Aparecida, sendo esse uma ocupação de terreno público federal. Esse processo foi composto por uma equipe enxuta, a partir de um trabalho pioneiro foi criada a lei chamada "Pro Morar", ainda em vigor, e disse que o motivo de ainda não se ter resolvido o problema do Morada do Sol na época foi por existir um impeditivo, por uma ação feita no ano de dois mil e três, pela Mina da Passagem, que impede o Município de entrar no bairro, assim como há um processo de mil novecentos e noventa e sete, que impede a urbanização do bairro Colina de Baixo, devido a uma catástrofe que atingiu toda a comunidade; desse modo, foi necessária uma ação humanitária para conter o ademais problemas e, por essa razões, ainda não foram resolvidos os problemas fundiários. Hoje o programa "Pro Morar" titulou mais de duas mil e quinhentas famílias, sendo sabido que ainda não foram resolvidos alguns problemas, como o da Vila Nazaré, o entroncamento do Bairro Cartuxa com o Vale Verde e uma parte pequena do Bairro São Gonçalo que é uma ocupação dentro do terreno da Mina, o que juridicamente já foi resolvido. Houve alguns casos em que famílias foram removidas por estarem em área de risco. Reafirmou que a cidade coleciona êxitos comprovados, tais como o todo o Bairro Cabanas, sendo essa uma ocupação que vinha desde mil novecentos e oitenta e dois e o caso da Vila Aparecida, que era terreno público Federal. Quis que ficasse registrado que "este é um trabalho contínuo do Município para resolver a situação, um ou outro caso que não conseguiram resolver, como famílias que perderam seus titulares, que não tem como comprovar que



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

ocupavam o imóvel na época, enfim, nós continuamos trabalhando para não negar a dignidade a essas pessoas, não podemos negar a cidadania." Disse que a informação do Sr. Amarildo é pertinente, e que os dois milhões de reais de investimento foram do SAAE, para água e esgoto. Opinou que os dois milhões são um valor irrisório, mas nada que não se possa discutir na próxima Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que será votada no mês de abril; disse que deve-se entender como prioridade a regularização fundiária, trabalhar em conjunto com a Sra. Daniely a implantação do Plano Local de Habitação, interesse social. Assim, buscando não somente a regularização da titularidade do imóvel, mas também, se necessário, a intervenção na moradia que está em risco, a fim de garantir condições de habitação. Disse vir do bairro Santo Antônio, e que conhece muito bem a comunidade, havendo moradias com necessidade de se refazer da base, para que as pessoas tenham dignidade. O Vereador Manoel disse não duvidar que o Dr. Israel é colecionador de êxitos, mas que a situação da Cidade não foi tratada profundamente, pois a mesma não tem um Plano Habitacional; veem-se as habitações irregulares que não existiriam caso o Município tivesse feito um Plano Habitacional, provendo doação lotes, ou até mesmo a venda mais barata. Disse entender o êxito do Sr. Israel, pois seu trabalho é remediar situações que se iniciaram erroneamente, mas deve-se inverter a situação, para que o Município trate esse problema em sua origem. Indagou sobre o problema da perda de água nas ocupações, sendo que a Cidade, que poderia atender até cem mil habitantes, passa por escassez, mesmo com a inferioridade populacional. Como consequência, o SAAE diz que não pode intervir, por ser ocupação e não resolve os problemas relacionados à perda d'água por irregularidade. Com a palavra, a Sra. Rita disse que, como estamos em período de seca, tem faltado água nas casas. Quando solicitam ao SAAE, esse diz não poder, por ser ocupação. Disse que a água é um direito fundamental e reiterou que a proliferação de doenças é inibida quando se lava as mãos e os alimentos, sendo a água primordial na vida de qualquer ser humano; diante disso, no ano anterior ficou tratado com o então Prefeito Ronaldo Bento, juntamente com o Sr. Ronaldo do SAAE, tendo sido gravado um vídeo, que foi disponibilizado para o grupo do Morada do Sol, no qual prometeram ter água, com aval do Sr. Israel, que disse que "água é dignidade". Dessa forma, pediu o compromisso da Câmara em conversar com o SAAE para rever essa posição, e que a promessa seja cumprida. Seguidamente, acordou com seus vizinhos que, em caso de falta d'água, iriam fazer denúncias na Ouvidoria do Município já que o Ministério Público alega não poder acatar essas denúncias, uma vez que o SAAE é uma autarquia, que não tem nenhuma ligação com a Prefeitura, a partir de quando reiteraram não poder mandar água. Com a palavra, o Sr. Ronaldo agradeceu e disse haver algo simples que pode ser viabilizado imediatamente: a regularização das ruas do bairro, pois muitos nomes foram alterados e as placas não foram trocadas, assim, pediu ao Executivo que realize essa mudança, e argumentou que o custo é muito baixo. Pela ordem, o Sr. Jocival sugeriu uma retificação em todo



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

o Município. Foi deliberado pelo Vereador Manoel. Com a palavra, o Vereador Gilberto complementou as falas do Sr. Ronaldo, que a troca das placas é necessária para que cheguem as correspondências às casas dos moradores, cuja falta é totalmente desumana, precisando melhorar o mais rápido possível. Com a palavra, a Sra. Pâmella disse estar representando o Sr. Remo, que teve um imprevisto, não conseguiu comparecer. Disse que o SAAE faz parte de um consórcio intermunicipal de saneamento, que possui uma série de regras e leis que fiscalizam a atuação da autarquia, assim, o SAAE não pode intervir numa área não-regularizada, por terem-se áreas e ruas que apresentam risco geológico ou de preservação, que não poderiam ser ocupadas, precisando do remanejamento. Assim, o SAAE precisa da regularização para entrar com redes de esgoto e água no bairro. Disse ser de interesse da autarquia realizar essas redes, pelo fato de as instalações irregulares gerarem muita perda de água no sistema, precisando que o processo de regularização avance. O Sr. Rogério esclareceu haver a necessidade de uma regularização imediata, pelo menos o auxílio de um caminhão pipa, pois a época de seca se aproxima e, devido às encanações terem sido elaboradas pelos moradores, são irregulares, logo, quebram e danificam com facilidade, ocasionando a falta d'água. Com a palavra, o Vereador Manoel perguntou se não há atendimento de caminhão pipa, ao que a Sra. Rita disse não ter, e por isso estão solicitando, por ser emergencial. Disse que os motoristas de caminhão chegam ao bairro filmando e alegando não conseguir subir as ruas, e reiterou o questionamento sobre subirem em época de eleição. Agradeceu a todos pelo tempo e pela atenção. O Vereador Manoel perguntou à Sra. Pâmella e ao Sr. Israel tinha alguma ilegalidade no atendimento, ao que o Sr. Israel respondeu ter conversado com a Sra. Rita e que, quando foi diretor do SAAE, sabia haver localidades onde o caminhão não consegue subir, e que o que precisa ser estudado é plano emergencial e de logística. Disse haver situações recentes de Mariana em que o caminhão pipa não conseguiu subir e bateu em alguns veículos, sendo assim necessário uma visita ao local. Seguidamente, disse que o caminhão pipa dá uma sensação de atraso, pois o abastecimento deveria ser pela rede e solicitou que os técnicos do SAAE andem pelas ruas a fim de observarem o problema de perto, "uma coisa é ver uma foto, outra é caminhar ali". Assim, deve-se criar uma rota para atender ao bairro e dar soluções emergenciais, dado que a definitiva só virá a partir de uma análise multidisciplinar, que estude onde serão instaladas as redes, para que comecem a fazer o preparo em conjunto. Sugeriu ao SAAE que faça uma visita e anote os pontos onde há problema e aponte soluções para a população. **Palavra Livre. ENCERRAMENTO:** "Não havendo mais nada a tratar em nome de Deus e do Povo Marianense", o Vereador Manoel encerrou a reunião às onze horas e quarenta e três minutos. **Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada:**